



Os inícios da sinodalidade na Igreja do Brasil¹

*Kelvin Borges Konz**

FACASC

A estrutura eclesiástica no Brasil foi se desenvolvendo muito lentamente até fins do século XIX. A primeira diocese foi erigida em 1551, em São Salvador da Bahia de Todos os Santos, e por mais de cem anos seria a única no Brasil². Em 1676 criaram-se as dioceses de Rio de Janeiro e Olinda, sendo Salvador elevada à condição de arquidiocese. No restante do período colonial, poucas dioceses a mais seriam erigidas, e o mesmo depois da independência, durante o período monárquico³. O número de bispos, portanto, era pequeno, e menor ainda era a ação em conjunto que desenvolviam. Cada diocese caminhava, praticamente, isolada das demais. As causas eram diversas: a distância entre as sedes diocesanas, as dificuldades de comunicação e viagem, a larga vacância de algumas sedes, e, sobretudo, a complicada engrenagem do padroado, na qual a Igreja no Brasil esteve atrelada até 1889⁴.

Por cerca de três séculos a Igreja no Brasil ficou a dever aquilo que o Concílio de Trento (1545-1563) havia determinado: a realização anual de sínodos diocesanos, e trienal de concílios provinciais. Exceção cabe

* Doutorando em Teologia Histórica (Universidade de Navarra, Espanha). Mestre em Teologia Histórica (Universidade de Navarra, Espanha, 2018). Graduado em Filosofia (Faculdade São Luiz, Brusque, SC, 2007). Professor da Faculdade Teológica de Santa Catarina e do Instituto Teológico de Santa Catarina.

E-mail: kelvinkonz@gmail.com.

¹ Este trabalho foi preparado para ser uma comunicação no Simpósio Teológico da FACASC e ITESC, em maio de 2022 sobre: "Sinodalidade: história, teologia e pastoral".

² Recorde-se que, nessa época, já havia na América espanhola 20 dioceses e três arquidioceses: Santo Domingo, México e Lima (Cf. VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do Catolicismo no Brasil, I: 1500-1889*. Aparecida: Santuário, 2016. p. 16-19).

³ No primeiro reinado somente duas prelazias foram erigidas como dioceses, e no segundo reinado, foram criadas apenas três dioceses (Cf. CAMARGO, Paulo Florêncio da Silveira. *História Eclesiástica do Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1955. p. 351).

⁴ Ressalte-se que o padroado se tornou ainda mais problemático com o advento do regalismo, dominante desde o governo do Marquês de Pombal (1699-1782): ao invés de união entre Igreja e Estado, havia uma subjugação do Altar pela Coroa (Cf. GERSON, Brasil. *O Regalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978).



ao Sínodo de 1707, celebrado na cidade de Salvador, sob a presidência do arcebispo metropolitano Dom Sebastião Monteiro da Vide. A participação, porém, ficaria reduzida praticamente à própria arquidiocese, pois as dioceses sufragâneas de Olinda e Tomé e Príncipe encontravam-se vacantes, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Francisco de São Jerônimo não pode participar, comparecendo apenas o bispo de Angola, Dom Luís Simões Brandão. Ainda assim, o Sínodo teria um grande fruto: dele resultaria as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, importante guia da Igreja no Brasil até o final do século XIX⁵.

Pouco antes do Concílio Vaticano I (1869-1870), o internúncio Mons. Domenico Sanguini propôs a realização de uma reunião do episcopado nacional. A ideia, porém, não foi levada adiante devido a falta de teólogos e canonistas, além das dificuldades de locomoção, e outras limitações impostas pela coroa⁶. No Concílio, participaram sete dos onze bispos brasileiros, sendo que um deles, D. Francisco Cardoso Aires, veio a falecer em Roma durante sua realização. Todos eles deram o *placet* à Constituição *Pastor Aeternus*, sobre a infalibilidade pontifícia⁷.

Chegando ao final do século XIX, a situação da Igreja no Brasil não era das melhores. Expressão disso era o número de dioceses: apenas doze⁸. Para se ter uma ideia do atraso que isso significava, “na mesma época, nos Estados Unidos – que é menor do que o Brasil e tem uma população católico muito menor, – havia 84 bispos e cerca de 8000 padres”⁹. Um evento, porém, causaria uma virada indireta nessa situação: a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

⁵ Cf. VIEIRA, I, 2016, p. 53-56.

⁶ Cf. VIEIRA, I, 2016, p. 330.

⁷ Cf. SOUZA, Ney, «O Concílio Vaticano I (1869-1870): uma fisionomia da assembleia», *In: Revista de Cultura Teológica* 25, 1998, p. 37-39.

⁸ Neste período, o episcopado nacional estava assim organizado: D. Luís dos Santos, arcebispo de Salvador; D. Antônio de Macedo, bispo do Pará; D. João dos Santos, de Diamantina; D. Pedro de Lacerda, do Rio de Janeiro; D. Lino de Carvalho, de São Paulo; D. Antônio de Sá e Benevides, de Mariana; D. Carlos d'Amour, de Cuiabá; D. Antônio de Alvarenga, de São Luís; D. Cláudio Ponce de Leão, de Goiás; D. José Barros, de Olinda; D. José Vieira, de Fortaleza. A diocese de Porto Alegre estava vacante, sendo vigário capitular Mons. Vicente Ferreira Pinheiro (Cf. EPISCOPADO BRASILEIRO, «Pastoral Coletiva dos Bispos do Brasil [19-III-1890]», *In: AMARAL, Roberto; BONAVIDES, Paulo [org.]. Textos Políticos da História do Brasil*, III: Primeira República [1889-1930]. Brasília: Senado Federal, 2002. p. 234).

⁹ BRUNEAU, Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola, 1974. p. 56.



Com o término da monarquia, teve fim o padroado: em 7 de janeiro de 1890, o governo provisório da República, através do Decreto 119-A, declarou oficialmente extinto o padroado, e instituiu a separação entre Igreja e Estado¹⁰.

A Igreja no Brasil alcançava uma liberdade há tanto tempo almejada, mas, ao mesmo tempo, se deparava com o desafio da laicização do Estado. Foi então que, livre dos entraves do padroado, os bispos começaram a se unir mais estreitamente entre si e com a Santa Sé. Assim, puderam somar forças para levar a cabo uma urgente renovação da Igreja, e enfrentar juntos o desafio de uma sociedade heterogênea e um governo laico. Nesse sentido, um primeiro passo foi a «Pastoral Coletiva» de 19 de março de 1890, onde os bispos se manifestavam pública e conjuntamente sobre a nova situação política. Especialmente, orientavam o clero e os fiéis sobre a assembleia constituinte que seria aberta naquele ano¹¹. E ainda em 1890, entre os dias 11 e 20 de agosto, realizou-se o primeiro encontro geral dos bispos do Brasil¹². Reunidos no Seminário diocesano de São Paulo, sob a presidência do recém-nomeado arcebispo primaz, D. Antônio de Macedo, os bispos discutiram sobre os diversos pontos para uma reforma da Igreja no país¹³.

A partir de então, a Igreja no país avançou grandemente. Em 1892 foram erigidas as dioceses de Manaus, Paraíba, Curitiba e Niterói, e o Rio de Janeiro foi elevado a arquidiocese, organizando o Brasil em duas províncias eclesiásticas. Nas décadas seguintes, deu-se uma verdadeira multiplicação de circunscrições eclesiásticas: em 1922 já eram

¹⁰ Cf. REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL. *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, I*: de 1 a 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. p. 10.

¹¹ Cf. EPISCOPADO BRASILEIRO. In: AMARAL; BONAVIDES, III, 2002, p. 195-218.

¹² Estiveram presentes, inclusive, quatro sacerdotes recém-nomeados para o episcopado: Dom Jerônimo Tomé da Silva, bispo eleito de Belém; Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, bispo eleito de Goiás; Dom Silveiro Gomes Pimenta, bispo eleito de Camaco e coadjutor de Mariana; Dom Manuel dos Santos Pereira, bispo eleito de Eucarpia e coadjutor de Salvador (Cf. ARQUIVO APOSTÓLICO VATICANO, ASSUNTOS ECLESIÁSTICOS EXTRAORDINÁRIOS, «Atas das conferências do episcopado brasileiro, celebradas na capital de S. Paulo sob a presidência de D. Antônio de Macedo Costa, Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil [São Paulo, 11-20-VIII-1890]», In: *Brasil*, fasc. 29, pos. 308, fls. 35-46).

¹³ Como pauta da reunião utilizou-se um documento elaborado pelo internúncio, aprovado pelo cardeal Secretário de Estado, e assinado pelo arcebispo primaz (Cf. AAVV, «Alguns pontos de reforma na Igreja do Brasil: Memória para servir às discussões e resoluções nas conferências dos senhores bispos [Rio de Janeiro, 02-VIII-1890]». In: *Nunciatura Apostólica no Brasil*, cx. 71, fasc. 346, doc. 36, fls. 111-120).



13 arquidioceses, 39 dioceses, 7 prelazias e 3 prefeituras apostólicas¹⁴. Todo esse esforço renovador e essa caminhada conjunta – sinodal – dos bispos, veio a ser confirmado pelo Concílio Plenário Latino-Americano, em 1899¹⁵. Os bispos foram vivamente exortados, principalmente os de uma mesma província eclesiástica, a intensificar sua comunicação e redobrar seus encontros¹⁶. Deste modo, em 1900 realizou-se um encontro dos bispos do Norte do Brasil em Salvador, sob presidência do arcebispo primaz, D. Jerônimo da Silva; e no ano seguinte, se reuniram os bispos da região Sul em São Paulo, tendo à frente o arcebispo do Rio de Janeiro, D. Joaquim Arcoverde¹⁷.

A partir dos começos do século XX, a Igreja no Brasil foi aprimorando e desenvolvendo cada vez melhor essa ação apostólica em conjunto entre as diversas dioceses. Ressalte-se aqui dois fatores que colaboraram a isso: a liberdade frente ao Estado e a orientação da Santa Sé. A história da Igreja em nosso país nos revela, portanto, a importância da sinodalidade: uma Igreja em comunhão e em caminhada tem mais forças e pode desenvolver melhor sua missão.

¹⁴ Cf. BARBOSA, Manuel. *A Igreja no Brasil: notas para sua história*. Rio de Janeiro: A Noite, 1945. p. 37-49.

¹⁵ Do episcopado brasileiro estiveram presentes: D. Jerônimo da Silva, arcebispo de Salvador; D. Joaquim Arcoverde, arcebispo do Rio de Janeiro; D. Claudio Ponce de Leão, bispo de Porto Alegre; D. Joaquim Vieira, bispo de Fortaleza; D. Manuel dos Santos Pereira, bispo de Olinda; D. Silvério Gomes Pimenta, bispo de Mariana; D. Eduardo Duarte da Silva, bispo de Goiás; D. José Camargo Barros, bispo de Curitiba; D. Francisco do Rego Maia, bispo de Niterói; D. José da Costa Aguiar, bispo de Manaus; e D. Antônio de Castilho Brandão, bispo de Belém (Cf. SCHERER, Irineu. *Concílio Plenário na Igreja do Brasil: História da Igreja no Brasil de 1900 a 1945*. São Paulo: Paulus, 2014. p. 39-40).

¹⁶ Cf. CONCÍLIO PLENÁRIO LATINOAMERICANO. *Actas y decretos del Concilio Plenário de la América Latina celebrado en Roma el año del Señor de MDCCCXCIC*. Roma: Tipografia Vaticana, 1906. p. 135-136.

¹⁷ Cf. VIEIRA, Dilermando Ramos. *História do catolicismo no Brasil, II: 1889-1945*. Aparecida: Santuário, 2016. p. 98-100.